

OS CONTOS DE FADAS NO ENSAÍSMO DE G. K. CHESTERTON E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A LITERATURA E A EDUCAÇÃO

Beatriz Costa SANTOS

Orientador: Alexandre Soares Carneiro

RESUMO: Propomo-nos, neste trabalho, a investigar a literatura ensaística do autor Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) no que diz respeito à temática dos contos de fadas. Entre eles, um ensaio em específico ganha destaque para a discussão, “A ética da terra dos Elfos”, presente no livro *Ortodoxia* (1908), em que o autor aborda questões de filosofia, religião, política e educação. Ao longo do levantamento bibliográfico sobre o autor e sua produção literária, apresentamos algumas implicações para a educação moral, desenvolvidas por Guroian (2013) a partir das afirmações de Chesterton em seus ensaios. Tolkien. Também destacamos sua influência nas obras literárias de dois autores posteriores, C.S. Lewis e J.R.R.

Palavras-chave: literatura fantástica; contos de fadas; G. K. Chesterton; J. R. R. Tolkien; C. S. Lewis.

Platão, em seu livro *A República*, rejeitara a poesia, afirmando seu caráter enganador na medida em que era apenas uma imitação da realidade e não tratava, assim, da verdade. Sendo apenas uma “sombra” da verdade, ela afastaria os homens da verdade e da sabedoria. Passados muitos séculos, essa visão é retomada em vários teóricos, quando se rebaixa a fantasia a uma mera ilusão ou mentira. Esse discurso é reiterado no âmbito religioso, no qual a ficção surge como prejudicial, contrária à verdade (seja a “verdade” com “v” minúsculo ou a “Verdade” com “V” maiúsculo). Como explicar, no entanto, que escritores católicos como C. S. Lewis e J. R. R. Tolkien tenham suas obras inteiras dedicadas a mundos fantásticos povoados por seres inexistentes?

Uma teoria pode ser esboçada a partir do trabalho do ensaísta cristão G. K. Chesterton, grande defensor dos “contos de fadas”. Este foi também poeta, crítico literário, jornalista, romancista, entre outros títulos. Nascido em Londres em 29 de maio de 1874, começou os estudos em arte e literatura na University College, mas nunca chegou a terminá-los. É conhecido como o príncipe dos paradoxos, que se apresentam (ou parecem se apresentar) também em sua biografia: era um inconformado com as correntes filosóficas de sua época, mas encontrou-se em conformidade com a teologia católica, tendo se convertido em 1922 do Anglicanismo ao Catolicismo.

Chesterton travou discussões com relevantes intelectuais de sua época, podendo-se destacar Bernard Shaw e G. S. Street, e foi admirado por importantes literatos, como T. S. Eliot e Hilaire Belloc. Em território brasileiro conquistou a fascinação de importantes

escritores, como Gilberto Freyre, Gustavo Corção e Alceu Amoroso Lima. Além disso, sua produção é imensa. Neste trabalho, demos atenção aos seus ensaios, especificamente os que dizem respeito à temática dos contos de fadas, totalizando quatro ensaios. Muito do que o ensaísta dispõe nesses escritos se repete, sobretudo se os relacionarmos com o ensaio principal, “A ética da terra dos Elfos”, reproduzido em *Ortodoxia*, em 1908, uma de suas obras mais importantes. Como o título indica, a discussão apresentada pelo autor é menos dirigida aos aspectos literários desse gênero do que a aspectos temáticos. Veremos, porém, quais foram as implicações desse pensamento para a literatura e mesmo para a educação.

O tratamento dado aos contos de fadas nesse ensaio deve-se provavelmente às motivações do livro no qual foi publicado. *Ortodoxia* surge de um desafio lançado pelo literato G. S. Street. Após a publicação de *Hereges* (1905), obra na qual Chesterton faz uma análise crítica das filosofias de sua época, Street o instiga a escrever e “expor” sua própria filosofia. Chesterton produz, então, um volume de ensaios, estando, de acordo com suas palavras, sempre “pronto a escrever livros após a menor provocação” (CHESTERTON, 2018, p. 9).

No prefácio dessa obra, o autor já revela que nela relata o seu percurso intelectual, de maneira quase autobiográfica, colocando-se no lugar de um navegante inglês que, saindo de sua terra a fim de desbravar novos territórios, encontra a própria Inglaterra, inteiramente nova aos seus olhos. Assim teria se dado também o percurso de seu raciocínio: partindo de algo antigo, considerado ultrapassado, em busca de uma nova teoria, Chesterton se depara com aquilo que tinha deixado para trás, a ortodoxia.

Tendo isso em vista, podemos tomar a obra toda como um único grande ensaio em que o autor mostra o caminho traçado por seu intelecto entre várias linhas de pensamentos, por vezes contrárias, até chegar ao seu “ponto final”, a uma conclusão definitiva. Portanto, difere ao mesmo tempo daquilo que é conhecido como ensaio, visto que os textos de Chesterton não apresentam aquele aspecto de “tentativa, prova, experimento” que caracterizariam o gênero, segundo Afonso Berardinelli (2011, p. 2) escreve em *A forma do ensaio e suas dimensões*. Chesterton se mostra convicto da tese apresentada em sua obra. Ainda assim, não deixa de buscar o convencimento de seu leitor com argumentos aguçados, na medida em que relata o seu próprio convencimento.

Os contos de fadas cumprem aqui um importante papel. Como Chesterton afirma, são eles que lhe revelaram sua “primeira e última filosofia” (CHESTERTON, *op. cit.*, p. 61), isto é, aquela que o autor redescobriu ao tentar se desvencilhar dela. É necessário, então, entender o que Chesterton entende como “contos de fada”. Não há, em seus ensaios, uma definição própria do que seriam os contos de fadas; o autor não parece levar

em consideração somente aquelas fantasias criadas supostamente para crianças, citando também mitos da Grécia Antiga e passagens da narrativa bíblica em seus exemplos.

Ainda assim, é possível encontrar uma delimitação quando Chesterton lembra que aprendera os contos de fadas com sua babá, “a sacerdotisa da tradição” (*ibid.*). Um conto de fadas parece, então, ser qualquer estória que carrega ao menos parte da tradição de um povo. Essa, por sua vez, representaria o “consenso das vozes comuns da humanidade” (*ibid.*, p. 59), não qualquer “evento¹ isolado ou arbitrário” (*ibid.*). Portanto, toda narrativa produzida por uma cultura poderia ser enquadrada nesse gênero.

A discussão sobre a tradição perpassa todo o ensaio em questão, que pode ser lido também como uma síntese das ideias do autor sobre os contos de fadas. A tradição, para Chesterton, está diretamente relacionada com a democracia. Ela é a “democracia que se estende no tempo” (*ibid.*), não uma imposição de normas ultrapassadas porque criadas há muito tempo, como diziam seus oponentes. A tradição teria sido formada não a partir da opinião de apenas uma pessoa, mas de todo um povo, segundo o ensaísta. Dar ouvidos a ela significaria permitir que esse povo, agora extinto, exerça seu direito democrático.

Sendo os contos de fadas veículos da tradição, eles também são representantes da democracia, na medida em que seriam expressões de um povo. Chesterton remete à figura das babás que, contando sempre as mesmas histórias às crianças, acabam por, inconscientemente, difundir a tradição. Elas se assemelhavam aos poetas gregos, os quais oralmente contavam suas histórias sobre deuses e outras criaturas fantásticas. Os contos de fadas, assim, são parecidos aos mitos e às lendas ao instruir os homens nas leis morais construídas ao longo de séculos.

Essa noção vai ao encontro das posições conservadoras de Chesterton e, ao mesmo tempo, de sua defesa do senso comum². O ensaísta utiliza do gênero em questão para fundamentar suas principais convicções, negando o materialismo vigente desde sua época. Para Chesterton, os contos de fadas teriam sido os responsáveis por despertar nele o interesse por à existência de condições para alcançar-se a felicidade.

O primeiro elemento caro ao autor, o misticismo, fica claro diante do gênero fantástico de que tratamos. Chesterton usa dos contos de fadas para combater o racionalismo científico, uma vez que acreditava na revelação de um verdadeiro racionalismo a partir desses. É interessante notar que, dentro da narrativa de seu percurso intelectual, os contos de fadas aparecem muito antes da conversão de Chesterton ao Catolicismo. Assim, mesmo não afirmando nenhum credo cristão, o escritor já acreditava em uma presença sobrenatural no mundo, o que seria a base das fantasias.

¹. A palavra utilizada no original é “*document*”.

². Chesterton entende o senso comum como o contrário do “senso dos intelectuais”. Ele contrapõe, dessa maneira, o “homem comum”, em seu cotidiano simples e modesto, ao “intelectual moderno”, perdido em novidades filosóficas, vazias de um verdadeiro significado para a existência do homem comum.

Dessa forma, racionalismo e misticismo, para esse autor, não são opostos. Pelo contrário, eles seriam complementares. O verdadeiro racionalismo consiste, conforme o próprio Chesterton,

em certas seqüências ou desenvolvimentos (casos de uma coisa que se segue à outra) que são genuinamente razoáveis e verdadeiramente necessárias, como as seqüências matemáticas e puramente lógicas. Por exemplo, se as irmãs feias são mais velhas que Cinderela, é (num sentido férreo e terrível) que Cinderela seja mais nova que as irmãs feias (*ibid.*, p. 62).

Assim, trata-se de conexões que a mente humana faz sobre os fatos. “Necessidade” é um termo que esclarece essa ideia do autor. “Se João é filho de um moleiro” (*ibid.*), nossa mente reconhece que é necessário que o moleiro seja pai de Jack. A soma entre dois e um é três, e não é possível alterá-lo. Esses fatos, então, são verdades. Sendo verdadeiros e imutáveis, seria possível dizer que são também verdadeiras leis.

A ciência, pelo contrário, chama de leis lógicas explicações que ela mesma cria a partir da observação dos acontecimentos. No entanto, essas explicações não seriam verdadeiras, visto que não são relações produzidas pela mente. Nessa visão, por exemplo, a lei da gravidade não seria uma lei verdadeira, pois o fato de uma maçã cair de uma árvore não está ligado necessariamente a ideia de gravidade, sendo possível conceber também que, desprendida da árvore, a maçã flutue no ar.

Desse modo, os contos de fadas expõem a ideia de Chesterton claramente, demonstrando como as coisas poderiam ser o que não são: as maçãs poderiam ser douradas, não vermelhas. O autor faz uma distinção, então, entre as leis ou ciências das relações mentais e o que ele chama de ciência dos fatos físicos, que se ocupa apenas de “estranhas repetições” (*ibid.*, p. 63). A última é representada nos contos simplesmente como “mágica”.

Encontra-se aí, então, a origem do misticismo do escritor, ainda que, para Chesterton, a presença de certa magia nas fantasias não demonstre nada de místico, mas apenas racionalidade e agnosticismo. A “filosofia” dos contos de fadas mostraria aos homens como existe um encanto por trás de todas as coisas existentes. Logo, também existiria um Ser que as teria ordenado de tal maneira, de um modo que não pode ser compreendido pelos homens. Assim, a cada leitura de uma dessas estórias, o homem poderia resgatar a capacidade de enxergar o extraordinário presente no mundo. Não somente isso, poderia resgatar, ainda, o maravilhamento diante da realidade.

O verbo usado é “resgatar” porque tal capacidade teria sido perdida a partir do momento em que o homem passou a buscar e formular, pelo cientificismo, uma explicação para os fatos e acontecimentos do mundo, que passam a ter uma justificação. Os contos de fadas, por sua vez, mostrariam que nem tudo pode ou precisa ser justificado. Em Cinderela, por exemplo, a personagem principal vê abóboras sendo transformadas em

carruagem e ratos transformados em cavalos pela fada madrinha. Contudo, não questiona como tudo isso foi possível. O leitor desse conto tampouco o faz.

não às crianças. Chesterton afirmava que as crianças (sobretudo as mais novas) têm a capacidade de se surpreenderem com coisas muito pequenas, percebendo mais facilmente a magia dos acontecimentos.

Isso é provado pelo fato de que quando éramos crianças bem jovens não precisávamos de contos de fadas; somente de contos. A pura vida é suficientemente interessante. Uma criança de sete anos se excita com uma narrativa em que Toninho abre a porta e vê um dragão. Mas uma criança de três anos se excita ao ouvir que Toninho abriu uma porta (*ibid.*, p. 67).

Os adultos, assim, seriam aqueles que mais precisam recuperar a capacidade de maravilharem-se com os fatos da existência.

O fato de, nos contos de fadas, os acontecimentos fantásticos não serem considerados impossíveis ou mentirosos apenas pela falta de um método científico para comprová-los tornaria o ser humano capaz de, novamente, se admirar com as coisas criadas. Após ler a narrativa de João e Maria, por exemplo, em que há uma casa feita de doces, o homem se surpreenderia por existirem, na realidade, casas e, melhor ainda, guloseimas. Nas palavras de Chesterton, os contos de fadas “enchem que os rios de vinho somente para que lembremos, por um breve e louco momento, que estão cheios de água” (*ibid.*, p. 67).

Tal sensação de admiração acaba por produzir, também, uma gratidão diante da existência. Para ele, o simples fato de os seres e o mundo existirem era motivo de agradecimento e alegria, independentemente da existência de mais “dragões do que princesas” (*ibid.*, p. 68), assim como nos contos de fadas. A exemplo das crianças, os adultos aprendem com esses a agradecerem pela “dádiva do nascimento” (*ibid.*), ou simplesmente pela “dádiva de ter duas pernas miraculosas” (*ibid.*), apesar de não saberem exatamente a quem agradecer.

O segundo elemento destacado por Chesterton nos contos de fadas é a existências das leis morais, e está relacionado com essa ideia de que a realidade é uma “surpresa agradável” (*ibid.*). Se, por um lado, Chesterton acredita que a felicidade está escondida na gratidão à simples existência, por outro, ele vê que essa felicidade é condicionada. Da mesma forma como nos contos de fadas o sucesso das personagens boas é determinado por uma condição incompreensível, a felicidade do ser humano é condicionada por regras a serem obedecidas: “uma caixa se abre e todos os males voam para dominar o mundo. Uma palavra é esquecida, e as cidades perecem. Uma lamparina é acesa, e o amor voa para longe. Uma flor é arrancada, e vidas humanas são poupadas. Uma maçã é comida, e a esperança em Deus desaparece” (*ibid.*, p. 70).

O país das fadas mostraria, então, que a felicidade é, de certa forma, frágil e, ao mesmo tempo, eterna. Chesterton a compara com um cristal: quebra-se facilmente se se

bate nele, mas perdura por muito tempo se preservado. No entanto, o autor atesta que isso não revelaria uma injusta presente nos contos de fadas, nem mesmo no mundo real. Tomando como exemplo o conto já mencionado da Cinderela, Chesterton destaca que, ainda que pudesse usufruir de um baile apenas até meia noite, a princesa não questiona essa limitação, visto que, se não fosse a ajuda da fada madrinha, nem mesmo poderia *ir* ao baile. Dessa forma, por meio do que o autor chama de um “senso poético de determinação de algum detalhe esparso” (CHESTERTON, 2013), as fantasias seriam mais eficazes do que os contos realistas em demonstrar que é preciso observar regras para alcançar-se a felicidade.

Essa convicção, segundo o autor, teria o impedido de seguir um espírito de rebeldia suscitado entre os jovens de sua época. Nisso, encontra-se um segundo ensinamento das fantasias voltado para os adultos. Ele afirma que nunca teria quebrado uma regra “simplesmente porque era misteriosa” (CHESTERTON, 2018, p. 72), impedido pela expectativa de alcançar, posteriormente, uma “herança dos céus e da terra” (*ibid.*). Cita como exemplo a discussão acerca da monogamia, escrevendo que “nenhuma restrição ao sexo parecia tão estranha e inesperada quanto o próprio sexo (...). Ser fiel a uma mulher é um preço pequeno por chegar a ver uma mulher” (*ibid.*).

Aqui é possível traçar, mais uma vez, uma relação entre os contos de fadas e a defesa de Chesterton à tradição, pois, neles, o autor descobriu, logo em sua mocidade, que não seria preciso modificar as leis vigentes para que o homem atingisse a felicidade. Além disso, pode-se identificar uma ligação das fantasias com o misticismo do autor. A obediência às condições visava uma recompensa para além desse mundo. Dessa forma Chesterton criticava aqueles que, criando explicações para a existência numa busca por libertar-se da incompreensibilidade dessa, acabavam por se encontrarem presos dentro de um mundo material, sem a perspectiva de uma realidade espiritual.

No que diz respeito às implicações desse pensamento de Chesterton para a educação, vê-se que o autor os coloca, principalmente, em relação aos adultos, não às crianças. A partir de sua perspectiva, seria possível resumir a verdadeira educação não como aquela que ensina a questionar a verdade das coisas criadas, muitas vezes inexplicáveis, mas a aceitá-las e, a partir dessa aceitação, tornar-se capaz de enxergar o mundo com um olhar de surpresa, semelhante a uma criança.

Ainda assim, em outro ensaio, “Educação por Meio dos Contos de Fadas”, publicado em *The Illustrated London News* em 1905, Chesterton dispõe algumas observações sobre a educação de crianças, ainda que indiretamente. O texto em questão é uma crítica, novamente, às novas correntes científicas de sua época e aos intelectuais, o que é perceptível quando o autor afirma que “sem educação estamos num perigo horrível e

mortal de levar a sério as pessoas instruídas” (CHESTERTON, 2014). Mesmo assim, é possível tirar dele algumas considerações sobre a educação infantil.

Nesse ensaio, Chesterton afirma que alguns mecanismos ensinados em sala de aula não passam de meras realizações passageiras. Ele dá como exemplo a escrita e a leitura, as quais são consideradas parâmetros educacionais, mas que, em outras épocas, não eram consideradas importantes. Assim, ensinar esses mecanismos não seria tão fundamental quanto ensinar aquilo que está presente em todas as civilizações de todas as épocas. Ele escreve:

A educação real consiste no fato de que vemos além de símbolos e de meros mecanismos da época em que nos encontramos: a educação consiste precisamente na percepção de uma simplicidade permanente que sobrevive por trás de todas as civilizações; a vida que é mais que alimento; o corpo que é mais que vestuário (CHESTERTON, 2014).

É importante ressaltar que não se trata de negar a importância da leitura e a escrita; trata-se tão somente de ressaltar a necessidade de ensinar valores essenciais e eternos para as crianças. De ensinar questões iminentes ao cotidiano dos mais novos, que farão um sentido verdadeiro em suas vidas, independentemente das épocas em que elas se encontrem. Em outras palavras, a educação seria responsável por transmitir a tradição construída por uma comunidade, se não por toda civilização humana, o que, como vimos, pode ser realizado a partir dos contos de fadas.

Outro traço educativo dos contos de fadas, pouco comentado por Chesterton, é a presença de lições morais em seus enredos, conforme dito anteriormente. Alguns autores posteriores desenvolveram as ideias defendidas por Chesterton em reflexões mais elaboradas acerca da educação das crianças. É o caso de Vigen Guroian, o qual chamou de “imaginação moral” a capacidade das fantasias de despertar a imaginação das crianças ao mesmo tempo em que as educa na moralidade de maneira mais eficaz que a instrução direta de um educador. Isso se deve ao fato de que as crianças mais novas compreendem melhor as lições quando dadas por meio de narrativas ficcionais do que por sequências lógicas. Guroian (2013) afirma que

a mera instrução em moralidade não é suficiente para fomentar as virtudes (...). Ao contrário, uma visão convincente de que o bem é algo bom em si mesmo precisa ser apresentada de uma forma atraente e que estimule a imaginação. Uma boa educação moral dirige-se tanto à dimensão cognitiva quanto à dimensão afetiva da natureza humana. **As histórias são um instrumento insubstituível desse tipo de educação moral. Isso é a educação do caráter.**³

³ Uma tradução de parte desse texto encontra-se no blog Como Educar Seus Filhos, disponível em: <<http://comoeducarseusfilhos.com.br/blog/os-contos-de-fadas-e-o-despertar-da-imaginacao-moral/>>. Destaques presentes no original.

Dessa forma, não somente a tradição pode ser transmitida pelos contos de fadas, como também as virtudes e a moralidade ressaltadas por uma comunidade. Alguns desses são comentados pelo próprio Chesterton, especialmente em “A Ética do Reino Encantado”, publicado em *The Speaker* em 1901, como a coragem, a humildade, a veracidade do testemunho, entre outros. Ao colocar diante dos leitores claramente aquilo que é bom e aquilo que é mau, representando de modo atraente as virtudes e usando de metáforas, mas, ao mesmo tempo, sendo realista — pois apresentam o senso comum, de acordo com Chesterton —, essas estórias remeteriam as crianças às situações de suas vidas reais e as seduziriam a fazer o bem.

Em todas essas discussões, fica evidente que, ao usar a denominação “contos de fadas”, Chesterton não se refere somente aos contos infantis sobre fadas e outros seres sobrenaturais. O universo da fantasia vem, cada vez mais, produzindo ficções voltadas também aos adultos, fantasias que, em muitos dos casos, seriam aprovadas pelo ensaísta. Entre elas, podemos comentar as obras dos escritores ingleses C. S. Lewis e J. R. R. Tolkien, os quais foram muito influenciados pelos ensaios e pela pessoa de Chesterton. Tolkien citava Chesterton em alguns de seus escritos. Já Lewis foi muito influenciado por Tolkien, a quem deve seu retorno à religiosidade.

Além disso, ambos produziram ficções que podem ser consideradas como uma realização da teoria proposta por Chesterton, as quais cumprem uma função educativa. *As Crônicas de Nárnia* e *O Senhor dos Anéis*, principais livros desses dois escritores, contêm os elementos fantasiosos que agradam as mais variadas faixas etárias e podem despertar a imaginação moral tanto entre as crianças quanto entre os adultos.

Entre os dois autores há algumas diferenças. Lewis elege temas (e estilo) voltados para crianças, mas que podem agradar os adolescentes e adultos; Tolkien parece ter um público leitor mais maduro. Mesmo assim, está impressa em suas obras, por trás das fantasias, a realidade em que ambos acreditavam, de modo a dirigir a atenção de seus leitores para ela. Em seu ensaio *Sobre contos de fadas*, de 1964, Tolkien chama esse recurso de Recuperação: “a retomada de uma visão clara. Não digo ‘ver as coisas como elas são’, pois assim me envolveria com os filósofos, mas posso arriscar-me a dizer ‘ver as coisas como devemos (ou deveríamos) vê-las’” (TOLKIEN, 2017). Ele o utiliza ao criar árvores com folhas de ouro, por exemplo, as quais fazem as pessoas olharem duas vezes para as árvores comuns deste mundo.

Já Lewis, cria, em *O leão, a feiticeira e o guarda-roupa*, publicado em 1950, um novo Jesus Cristo, representado pela figura do leão Aslan, em uma tentativa de fazer com que seus leitores prestem maior atenção no verdadeiro Jesus Cristo e em sua história. Essa religiosidade, comum aos três autores, é menos perceptível na obra de Tolkien, mas não deixa de estar presente ali. Em obras como *O Silmarillion* (1977), Tolkien, de certa

forma, recria a narrativa bíblica. Mas, ao contrário de Lewis, não existe uma relação direta entre uma personagem e uma pessoa da religião cristã em suas obras.

Em resumo, a tradição está muito presente nas duas obras comentadas. Em Lewis, pela analogia à tradição cristã e, em Tolkien, na tentativa de, por meio de sua própria obra, criar uma mitologia. As histórias de Tolkien surgiram da necessidade que o autor via de explicar as origens das línguas que ele mesmo criava. Assim, todo o universo do *Senhor dos Anéis* gira em torno das línguas élficas desenvolvidas pelo escritor. Nele, Tolkien tentou reproduzir os padrões que observava nos mitos e nas lendas de diversas culturas, as quais veiculam a tradição dos povos a que pertencem.

Além disso, tanto Tolkien quanto Lewis propagam em suas obras as virtudes das quais Chesterton se refere em seus escritos, como a presença de regras. Não é difícil identificar tal aspecto em *O Senhor dos Anéis*, por exemplo. Um *hobbit* encontra um anel capaz de torná-lo invisível, mas não pode usá-lo sob pena de tornar-se dependente dele. Há aí uma proibição que demonstra as consequências de se deixar levar pelas ambições humanas.

Outro fator presente em Tolkien seria a atenção aos dramas humanos vividos pelas personagens, o que acaba por revelar suas virtudes. Talvez o mais interessante na obra desse escritor seja a luta interna que as personagens vivem, não a luta externa. Aí estaria grande estímulo para a imaginação moral, mesmo em adultos. A natureza humana é retratada abertamente, fazendo com que o leitor se reconheça e tome consciência daquilo que é comum a todos os homens. A partir da identificação com os conflitos internos humanos presentes na obra, o leitor guardaria na memória o bom resultado vivido pelas personagens quando virtuosas, o que o tornaria mais propenso a reproduzir essas virtudes.

O objetivo de Lewis e Tolkien, e até mesmo Chesterton, parece, então, estar voltado aos adultos. É possível que se trate de uma tentativa de fazer com que o homem retorne a uma visão mitológica de suas origens e de sua existência, em oposição a uma visão lógica que despreza as realidades transcendentais. No entanto, isso não significaria negar a realidade, contrariamente ao que Platão afirmava. Nesses três autores, as histórias fantasiosas remeteriam sempre à realidade. Mais do que isso, elas *corresponderiam* à realidade. Não se trata, para eles, de uma ilusão ou de uma mentira, mas de um caminho para a Verdade. Nesse caso, Verdade com “v” maiúsculo porque, como afirmava Chesterton, “se há uma estória, há o contador de estórias”.

REFERÊNCIAS

CHESTERTON, G. K. *Ortodoxia, Ecclesiae*, SP. 2018.

CHESTERTON, G. K. “A Ética do Reino Encantado”. Sociedade Chesterton Brasil. 2013. Disponível *online*.

CHESTERTON, G. K. “Educação por meio dos contos de fadas”. Sociedade Chesterton Brasil. 2014. Disponível *online*.

GUROIAN, Vigen. “Awakening the moral imagination”. The Imaginative Conservative. 2013. Disponível *online*.

TOLKIEN, J. R. R. *Árvore e Folha*, Editora WMF Martins Fontes, SP. 2017.